



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONCURSO PÚBLICO ESTADUAL

CARGO (superior):

Auditor do Ministério Público

PROVA TIPO

1

**Prova Objetiva de Conhecimento Básico e
Prova Objetiva de Conhecimento Específico**

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
2. **Assine** neste Caderno de Questões e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).
3. **Antes de iniciar** a prova, **confira** se o **tipo** da prova do **Caderno de Questões** é o mesmo da **etiqueta da banca** e da **Folha de Respostas**.
4. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique também, se contém **100 (cem)** questões objetivas com 5 (cinco) alternativas cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
5. Você dispõe de **4h30min** (quatro horas e trinta minutos) para fazer esta prova. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** das questões objetivas. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova após decorridas **3h** (três horas) do seu início.
6. Na **Folha de Respostas**, confira seu **nome**, número do seu **documento de identificação** e **cargo** escolhido.
7. Em hipótese alguma lhe será concedida outra Folha de Respostas.
8. Preencha a **Folha de Respostas** utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na Folha de Respostas, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme modelo:

	A	B	C	D	E
1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na Folha de Respostas de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
10. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica e considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas**.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, os pontos serão atribuídos à todos os candidatos.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, **devolva** ao **Fiscal** de Sala este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** e **assine a Lista de Presença**.
14. Nas salas que apresentarem apenas 1 (um) fiscal de sala, os 03 (três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se do recinto juntos, após a assinatura da Ata de Encerramento de provas.

Boa Prova!

N. do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do(a) candidato(a):



CONHECIMENTO BÁSICO**Português**

As questões de 1 a 6 referem-se ao texto abaixo.

As perspectivas mais sombrias sobre a sustentabilidade do planeta não levam em conta a extraordinária capacidade de recuperação da natureza – e a do próprio ser humano para superar as adversidades. A Terra já passou por cinco grandes extinções em massa, e a vida sempre voltou com ainda mais força. Disse à revista VEJA a geógrafa Susana Hecht, professora de planejamento urbano da Universidade da Califórnia e especialista em desenvolvimento sustentável: “Os recursos da Terra são limitados, temos de tomar cuidado para não acabar com eles, ainda mais porque não existe perspectiva de quando poderemos colonizar outro astro. Só que a natureza tem um enorme poder de se reabilitar e a humanidade dispõe de tempo para usar a tecnologia em favor de um desenvolvimento sustentável.”

Enquanto se procuram soluções para o equilíbrio entre o crescimento populacional e preservação dos recursos, a natureza manda suas mensagens de socorro. A espaçonave Terra é uma generosa arca de Noé, mas ela tem limites.

(Revista VEJA, n. 44, 2 de novembro/2011, p. 132).

1. A opinião de Susana Hecht, transcrita no texto, admite essencialmente

- A) que o uso de tecnologia já é efetivo na consecução de um planeta sustentável.
- B) que os recursos naturais podem ser extinguíveis; porém, há estratégias de recomposição que apontam para a sustentabilidade.
- C) a exequibilidade do projeto de colonização de outro astro pela humanidade.
- D) que a humanidade deverá extinguir os recursos naturais do planeta.
- E) a existência do equilíbrio a partir dos pressupostos holísticos inerentes à própria forma de recuperação da natureza.

2. O último parágrafo traz como informação correta a seguinte assertiva:

- A) os elementos metafóricos “espaçonave” e “arca de Noé” são constituintes expressivos que se complementam para a formação imagética da Terra na sua condição de astro que vaga e acolhe.
- B) a ideia de equilíbrio, conforme consta no parágrafo, não se remete à dicotomia crescimento demográfico e preservação dos recursos.
- C) por uma perspectiva semântica, a última oração do parágrafo retoma o sentido da anterior para provocar-lhe o caráter de finalidade.
- D) a oração “A natureza manda suas mensagens de socorro” está deslocada no período, visto que não mantém uma relação de afinidade com a anterior.
- E) no trecho “Enquanto se procuram soluções” é possível singularizar o verbo sem causar-lhe dano semântico nem subversões à norma culta da língua.

3. Se a limitação dos recursos da Terra está relacionada à ideia de uma possível escassez, então, não se pode dizer que

- A) os recursos são parcos.
- B) os recursos são exíguos.
- C) os recursos são inextinguíveis.
- D) os recursos são insuficientes.
- E) os recursos são finitos.

4. Considerando aspectos da gramática normativa, o excerto “e a humanidade dispõe de tempo para usar a tecnologia” não admite a reescrita:

- A) e há tempo disponível à humanidade para usar a tecnologia.
- B) e a humanidade tem tempo para usar a tecnologia.
- C) como dispõe de tempo, a humanidade ainda pode usar a tecnologia.
- D) e deve haver tempo para que a humanidade utilize a tecnologia.
- E) há tempo suficiente a humanidade para que possa utilizar a tecnologia.

5. Sem provocar modificações sintáticas, a oração “Enquanto se procuram soluções” admite também a reescrita:

- A) Enquanto soluções eram procuradas.
- B) Enquanto soluções são procuradas.
- C) Enquanto procuram soluções.
- D) Enquanto soluções serão procuradas.
- E) Enquanto procuram as soluções.

6. Considerando aspectos da gramática normativa, é correto afirmar a respeito do período do texto: “Os recursos da Terra são limitados, temos de tomar cuidado para não acabar com eles”:

- A) A última oração pode ser também escrita da seguinte forma: “para que não se acabe”.
- B) Após a palavra “limitados” – fazendo as devidas modificações – não seria incorreto substituir a vírgula por ponto.
- C) A ideia de causalidade é expressa pela última oração.
- D) Em vez de “temos de tomar cuidado” seria “temos que tomar cuidado”, pois aí há uma expressão mais adequada à norma culta.
- E) O termo “limitados” é complemento verbal.

As questões de 7 a 10 referem-se ao texto abaixo.

A população mundial torna-se urbana, os camponeses tornam-se cidadãos. Na América latina temos campos sem ninguém e enormes formigueiros urbanos: as maiores cidades do mundo, e as mais injustas. Expulsos pela agricultura moderna de exportação e pela erosão das suas terras, os camponeses invadem os subúrbios. Eles acreditam que Deus está em todas as partes, mas por experiência própria sabem que atende nos grandes centros urbanos. As cidades prometem trabalho, prosperidade, um futuro para os filhos. Nos campos, os esperadores olham a vida passar e morrem bocejando; nas cidades, a vida acontece e chama. Amontoados em cortiços, a primeira coisa que os recém chegados descobrem é que o trabalho falta e os braços sobram, que nada é de graça e que os artigos de luxo mais caros são o ar e o silêncio.

(Eduardo Galeano, O império do consumo).

7. Em síntese, o texto de Eduardo Galeano

- A) expõe com detalhes a teoria do êxodo rural que se fundamenta na dicotomia indústria agrícola e produção de subsistência.
- B) expressa a problemática do camponês que, ao deixar sua terra, aglomera-se nos centros urbanos injustos e ilusórios.
- C) aponta as características do novo retirante, aquele que não mais se adapta à vida nas comunidades rurais.
- D) evidencia a complexidade da vida urbana, estruturada a partir de valores consumistas.
- E) mostra que o camponês não pode mais viver em sua terra, visto que a cidade oferece-lhe benesses apenas encontradas nesse contexto.

8. No final do texto o autor diz que “os braços sobram”. O termo, portanto, expressa

- A) um caráter metonímico, o qual sintetiza a ideia de que são trabalhadores e não, especificamente, braços.
- B) a ideia de comparação, ou seja, não são os trabalhadores, mas os braços.
- C) um paradoxo, já que o termo “braços” não pode substituir o sentido de trabalhadores.
- D) a ausência de termo adequado para substituir a palavra “trabalhadores”. Traduz, inclusive, uma forma de catacrese.
- E) o exagero que dá sentido à noção de massa de desempregados.

9. Qual das versões de reescrita o excerto “Na América latina temos campos sem ninguém e enormes formigueiros urbanos” apresentou subversão à norma culta?

- A) Em contraste aos campos sem ninguém da América latina, prolifera-se os formigueiros urbanos.
- B) Na América latina, há campos sem ninguém e existem também enormes formigueiros urbanos.
- C) Na América latina, existem campos sem ninguém e formigueiros urbanos enormes.
- D) Na América latina, encontram-se campos desertos, porém, em contraste a isso, há enormes formigueiros urbanos.
- E) Os formigueiros urbanos da América latina se contrapõem aos enormes campos sem ninguém.

10. Para o excerto “a primeira coisa que os recém chegados descobrem é que o trabalho falta” é informação correta:

- A) das três orações, a última tem função de sujeito.
- B) a palavra “que” nas duas inserções tem a mesma função sintática.
- C) a oração “que o trabalho falta” se for reescrita para “se o trabalho falta” não ocorre mudança de classificação.
- D) o termo “a primeira coisa” também é o complemento do verbo descobrir.
- E) a segunda oração do período tem valor de complemento verbal.

As questões de 11 a 15 referem-se ao texto abaixo.

Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coletânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Um dia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopando que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica.

(ASSIS, Machado de. As Cem Melhores Crônicas Brasileiras. Objetiva: Rio de Janeiro, 2007, p. 27).

11. Quando Machado de Assis afirma que “foi coletânea das primeiras duas vizinhas”, ele estabelece que o gênero cronístico

- A) nasceu de uma comparação entre os fatos banais e os acontecimentos significativos.
- B) trata-se de uma narrativa de acontecimentos circundantes e cotidianos.
- C) originou-se nas sondagens, nas inserções às instâncias íntimas das criaturas humanas.
- D) promove uma associação entre os fatos reais e as fantasias.
- E) é parecer em minúcias de acontecimentos relevantes e em evidência.

12. Ao final, Machado de Assis diz: “Eis a origem da crônica”. Essa forma de desfecho

- A) não pode ser vista como conclusão de um parecer acerca da crônica. Como se sabe, ele não trabalha os detalhes que dão suporte à premissa inicial no decorrer do texto.
- B) é uma estratégia estilística, inerente aos efeitos estéticos do texto literário, pois, considerando a estrutura argumentativa, esse texto de Machado de Assis desconsidera os elementos da dissertação. Então, a frase em destaque é apenas um adendo ao conjunto da reflexão machadiana.
- C) contém uma inadequação sintática: Machado de Assis não deveria ter concluído o texto com uma oração deslocada do contexto, pois aí é trabalhada uma sequência de fatos que exige destrinchar de orações.
- D) convém às formas figuradas de expressão, às conotações, às entrelinhas, às montagens sintáticas indiretas e deslineares.
- E) contempla a sequência do pensamento do autor a respeito do gênero cronístico: há uma problemática que diz respeito ao nascimento da crônica; depois, fatos que a compõem, elementos envolvidos e o fechamento.

13. A 2ª oração do período “sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia” expressa o valor de

- A) causalidade.
- B) proporcionalidade.
- C) finalidade.
- D) condição.
- E) tempo.

14. Se o excerto “Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador” for reescrito, o uso do acento indicador de crase não fica adequadamente empregado na versão:

- A) Falar das ervas as plantações do morador fronteiro e chegar às tropelias amatórias do dito morador.
- B) Passar de ervas a plantações do morador fronteiro, e logo a tropelias amatórias do dito morador.
- C) Reportar-se às ervas e às plantações do morador fronteiro, e às tropelias amatórias do dito morador.
- D) Ir até as ervas e até as plantações do morador fronteiro, e até as tropelias do dito morador.
- E) Chegar até às ervas e até às plantações do morador fronteiro, passando pelas tropelias amatórias do dito morador.

15. As reescritas do excerto “Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia” provocaram inadequação gramatical numa das opções. Identifique-a.

- A) Tais vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para refletir sobre os sucessos do dia.
- B) Essas vizinhas sentaram-se à porta, entre o jantar e a merenda, para falar dos acontecimentos do dia.
- C) Entre o jantar e a merenda, as duas vizinhas sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia.
- D) Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta para rever, os acontecimentos do dia.
- E) Entre o jantar e a merenda, essas vizinhas sentaram-se à porta, a fim de conversar acerca dos acontecimentos do dia.

As questões de 16 a 18 referem-se ao texto abaixo.

Ética e Moralidade no Serviço Público

(Luiz Amaral)

Ethos (raiz de ética), em grego, designa a morada humana. O ser humano separa uma parte do mundo para, moldando-a ao seu jeito, construir um abrigo protetor e permanente. A ética, como morada humana, não é algo pronto e construído de uma só vez. O ser humano está sempre tornando habitável a casa que construiu para si. Ético significa, portanto, tudo aquilo que ajuda a tornar melhor o ambiente para que seja uma moradia saudável: materialmente sustentável, psicologicamente integrada e espiritualmente fecunda.

A ética não se confunde com a moral. A moral é a regulação dos valores e comportamentos considerados legítimos por uma determinada sociedade, um povo, uma religião, uma certa tradição cultural etc. Há morais específicas, também, em grupos sociais mais restritos: uma instituição, um partido político... Há, portanto, muitas e diversas morais. Isto significa dizer que uma moral é um fenômeno social particular que não tem compromisso com a universalidade, isto é, com o que é válido e de direito para todos os homens. Exceto quando atacada: justifica-se dizendo-se universal, supostamente válida para todos. Mas, então, todas e quaisquer normas morais são legítimas? Não deveria existir alguma forma de julgamento da validade das morais? Existe, e essa forma é o que chamamos de ética.

A ética se move, historicamente, se amplia e se adensa. Para entendermos como isso acontece na história da humanidade, basta lembrarmos que, um dia, a escravidão foi considerada natural. Entre a moral e a ética há uma tensão permanente: a ação moral busca uma compreensão e uma justificação crítica universal, e a ética, por sua vez, exerce uma permanente vigilância crítica sobre a moral, para reforçá-la ou transformá-la.

Ética é, em suma, uma reflexão crítica sobre a moralidade. Mas ela não é puramente teoria. A ética é um conjunto de princípios e disposições voltados para a ação, historicamente produzidos, cujo objetivo é balizar as ações humanas. A ética existe como uma referência para os seres humanos em sociedade, de modo tal que a sociedade possa se tornar cada vez mais humana.

(<http://www.ensinandodireitoluizamara.com.br>. Acesso em 03/12/2011)

16. O encadeamento dos parágrafos do texto se dá por um processo coesivo de

- A) anáfora por substituição, retomando informações já dadas no texto.
- B) repetição sintagmática, reafirmando a exploração do tema.
- C) anáfora nominal, rerepresentando informações que desenvolvem o texto.
- D) repetição nominal, garantindo a continuidade temática do texto.
- E) repetição nominal, retomando informações novas presentes no texto.

17. Assinale a opção que apresenta um argumento do autor em relação ao tema do texto.

- A) Mas ela não é puramente teoria. (4º§)
- B) A ética se move, historicamente, se amplia e se densa. (3º§)
- C) A ética não se confunde com a moral. (2º§)
- D) *Ethos* (raiz de ética), em grego, designa a morada humana. (1º§)
- E) Mas, então, todas e quaisquer normas morais são legítimas? (2º§)

18. Analise o uso da pontuação nas sentenças abaixo e assinale a opção correta.

- A) “[...] é a regulação dos valores e comportamentos considerados legítimos por uma determinada sociedade, um povo, uma religião, uma certa tradição cultural, etc.” (2º§). A vírgula foi empregada para marcar a intercalação de uma informação na sentença.
- B) “A ética, como morada humana, não é algo pronto e construído de uma só vez.” (1º§). A função das vírgulas é separar o sujeito do verbo.
- C) “Entre a moral e a ética há uma tensão permanente: a ação moral busca uma compreensão [...] e a ética, por sua vez, exerce uma permanente vigilância (3º§). Os dois pontos introduzem uma explicação.
- D) “Existe, e essa forma é o que chamamos de ética.” (2º §). A vírgula está empregada de forma errada, pois não é possível seu uso antes da conjunção “e”.
- E) “Para entendermos como isso acontece na história da humanidade, basta lembrarmos que [...]” (3º§). A função da vírgula é separar o adjunto adverbial de tempo do predicado.

19. Observe as relações semânticas entre as orações e períodos e assinale a opção correta.

- A) “O presente trabalho não possui pretensões maiores de buscar uma análise deontológica da moral. Não, apenas e tão-somente objetiva apreciar a moralidade enquanto componente dos atos praticados pela administração pública.” A relação semântica estabelecida entre os períodos é de exclusão.
- B) “A corrupção é o mal social maior porque destrói, anula a própria sociedade; daí sempre ter sido essencialmente um crime em toda e qualquer civilização.” A relação semântica entre essas orações é de natureza causal e conclusiva.
- C) “Tem-se que enfrentar os variados contornos possíveis entre o Direito e a Moral, que ora se apresentam de forma concêntrica, ora se constituem com total independência.” A relação semântica entre as últimas orações é de oposição.
- D) “Se o ato administrativo ou a conduta do administrador público não se reverte de moralidade, em nenhuma hipótese, sem exceção, pode vir a ser considerado em consonância com o direito.” As orações se relacionam, semanticamente, pelo princípio da concessão.
- E) “Não vale mais aquele surrado argumento, completamente desprovido de cientificidade, de que é legal, mas não é moral.” A relação semântica entre as últimas orações é de natureza conclusiva.

20. A mesma figura de linguagem que se encontra no enunciado “Por ele, ponho os pés e as mãos no fogo. Nós nos conhecemos há muitos anos...” também se encontra em

- A) “Se o que move o mundo são as perguntas, por que se pratica tanta corrupção, para entender que ser honesto, leal, competente é bom para o país?”
- B) “Não é suficiente ser honesto, é preciso agir e comportar-se como honestos.”
- C) “As varreduras nos gabinetes, oficialmente, são conduzidas mediante uma solicitação de algum parlamentar. Na atual legislatura, foram realizadas trinta operações desse tipo.”
- D) “O Estado brasileiro, durante toda a sua existência, só se deparou com mazelas e danos, incluindo os prejuízos provocados pelas administrações incompetentes e desonestas.”
- E) “O grande problema dos tribunais de contas reside no fato de que a grande maioria dos conselheiros é indicada pelos chefes do Poder Executivo e pelos parlamentos, ou seja, é coisa de compadre, do tipo ‘eu te indico e você me julga!’”

21. Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do enunciado abaixo.

___ corrupção pode ser material e moral. ___ essa associa-se ___ deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional; ___, o recebimento de qualquer vantagem para ___ prática ou ___ omissão de ato de ofício. ___ corrupção moral inclui ___ tolerância de superiores ___ falhas dos subalternos.

- A) A – À – a – aquela – à – a – A – à – à.
- B) A – A – à – à aquela – a – a – A – a – a.
- C) A – A – a – à aquela – a – a – À – a – a.
- D) A – A – a – aquela – à – a – À – à – à.
- E) A – À – à – à aquela – a – a – À – a – a.

22. Dados os períodos seguintes,

- I. “É, precisamente, a tolerância de pequenos vícios que preparam a aceitação das grandes corrupções na vida pública.”
- II. “Não se admite mais a adoção de práticas que objetivem empobrecer o Estado, desrespeitar o seu patrimônio.”
- III. “Tanto um tipo de corrupção quanto o outro podem assumir forma ativa e passiva.”
- IV. “São as pequenas inversões axiológicas em nosso dia a dia que prosseguem corroendo o homem.”

verifica-se que, quanto à concordância verbal, estão corretos

- A) II e III, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

23. Considerando a concordância nominal, assinale a opção correta.

- A) Moças e rapazes talentosas deram uma memorável aula de geografia.
- B) A agricultura e a pecuária brasileiras respondem hoje por 30% do nosso PIB.
- C) Complexo e exato, colocado no ar na internet, na hora certa, os vídeos defendem a usina.
- D) Controversos e relevantes, foi como os estudantes caracterizaram o vídeo sobre a usina.
- E) Os depoimentos alarmantes em defesa dos índios e da floresta amazônica soou ingênua e equivocada.

24. Assinale a opção que não contém erros de grafia.

- A) Há nove meses, sindicalistas alertaram o Palácio do Planalto sobre a existência de um esquema de extorção envolvendo acessórios do Ministro.
- B) Para que a seção do servidor a outro órgão seja permitida, ele deve estar em exercício de cargo efetivo (ou seja, concursado).
- C) A lei que trata da concessão e permissão de serviços públicos permite a interrupção do fornecimento de serviço público por inadimplência do usuário.
- D) O legislador cuidou de regulamentar minuciosamente as hipóteses de suspensão dos direitos políticos e reaçarcimento ao erário.
- E) Servidores que exercem cargos comissionados não podem ser colocados à disposição de outro órgão ou entidade. Se isso ocorrer, é improbidade administrativa.

25. Considere as relações de sinonímia das palavras e marque a opção correta. Em “Os avaliadores chegam, ao restaurante, sempre incógnitos, agindo com naturalidade e simpatia. Nenhum detalhe passa incólume, nem mesmo o ritmo em que transcorre a refeição.” “Incógnito” e “incólume” correspondem, respectivamente, a

- A) ignorado e sem luz.
- B) desconhecido e sem presença.
- C) não compreensivo e despercebido.
- D) desinformado e desconsiderado.
- E) desconhecido e intacto.

As questões de 26 a 28 referem-se ao texto abaixo.

Fui criado com princípios morais comuns

(Arnaldo Jabor)

Fui criado com princípios morais comuns: Quando eu era pequeno, mães, pais, professores, avós, tios, vizinhos, eram autoridades dignas de respeito e consideração. Quanto mais próximos ou mais velhos, mais afeto. Inimaginável responder de forma mal educada aos mais velhos, professores ou autoridades... Confiávamos nos adultos porque todos eram pais, mães ou familiares das crianças da nossa rua, do bairro, ou da cidade... Tínhamos medo apenas do escuro, dos sapos, dos filmes de terror... Hoje me deu uma tristeza infinita por tudo aquilo que perdemos. Por tudo o que meus netos um dia enfrentarão.

Pelo medo no olhar das crianças, dos jovens, dos velhos e dos adultos. Direitos humanos para criminosos, deveres ilimitados para cidadãos honestos. Não levar vantagem em tudo significa ser idiota. Pagar dívidas em dia é ser tonto... Anistia para corruptos e sonegadores... O que aconteceu conosco? Professores maltratados nas salas de aula, comerciantes ameaçados por traficantes, grades em nossas janelas e portas. Que valores são esses? Automóveis que valem mais que abraços, filhas querendo uma cirurgia como presente por passar de ano. Celulares nas mochilas de crianças. O que vais querer em troca de um abraço? A diversão vale mais que um diploma. Uma tela gigante vale mais que uma boa conversa. Mais vale uma maquiagem que um sorvete. Mais vale parecer do que ser... Quando foi que tudo desapareceu ou se tornou ridículo?

Quero arrancar as grades da minha janela para poder tocar as flores! Quero me sentar na varanda e dormir com a porta aberta nas noites de verão! Quero a honestidade como motivo de orgulho. Quero a vergonha na cara e a solidariedade. Quero a retidão de caráter, a cara limpa e o olhar olho-no-olho. Quero a esperança, a alegria, a confiança! Quero calar a boca de quem diz: "temos que estar ao nível de...", ao falar de uma pessoa. Abaixo o "TER", viva o "SER". E viva o retorno da verdadeira vida, simples como a chuva, limpa como um céu de primavera, leve como a brisa da manhã! E definitivamente bela, como cada amanhecer. Quero ter de volta o meu mundo simples e comum. Onde existam amor, solidariedade e fraternidade como bases. Vamos voltar a ser "gente". Construir um mundo melhor, mais justo, mais humano, onde as pessoas respeitem as pessoas. Utopia? Quem sabe?... Precisamos tentar... Quem sabe começemos a caminhar transmitindo essa mensagem... Nossos filhos merecem e nossos netos certamente nos agradecerão!

(<http://pensador.uol.com.br>. Acesso em 6/12/2011)

26. O texto se caracteriza como sendo do gênero

- A) relato.
- B) biografia.
- C) crônica.
- D) diário.
- E) conto.

27. Qual o enunciado que resume a ideia central do texto?

- A) Hoje me deu uma tristeza infinita por tudo aquilo que perdemos.
- B) Mais vale parecer do que ser... Quando foi que tudo desapareceu ou se tornou ridículo?
- C) E viva o retorno da verdadeira vida, simples como a chuva, limpa como um céu de primavera [...].
- D) Vamos voltar a ser gente. Construir um mundo melhor, mais justo, mais humano, onde as pessoas respeitem as pessoas.
- E) Quero ter de volta o meu mundo simples e comum.

28. O uso das reticências, no texto, demonstra um sentimento de

- A) perplexidade.
- B) saudosismo.
- C) incompetência.
- D) perda.
- E) melancolia.

29. Observe o uso dos pronomes demonstrativos em:

- Há, portanto, muitas e diversas morais. Isto significa dizer que uma moral é um fenômeno social particular que não tem compromisso com a universalidade.
- A ética se move, historicamente, se amplia e se adensa. Para entendermos como isso acontece na história da humanidade, basta lembrarmos que, um dia, a escravidão foi considerada natural.

Dados os itens seguintes, em relação a esse uso,

- I. O uso de "isto" está errado, pois não se pode empregá-lo para referir-se ao que foi dito.
- II. Esses pronomes, como formas anafóricas, retomam o que foi dito.
- III. O uso de "isso" está correto, pois se refere ao que foi dito.

verifica-se que

- A) apenas II e III estão corretos.
- B) apenas I está correto.
- C) apenas I e II estão corretos.
- D) apenas I e III estão corretos.
- E) apenas III está correto.

30. Assinale a opção que completa as lacunas com as formas verbais adequadas.

"Caso os passageiros _____ viajando sozinhos e _____ hospitalizados por acidente, os responsáveis pela Empresa de Transporte _____ passagem para que um familiar _____ acompanhá-lo no local de sua internação. Em relação à indenização, quando o advogado dos passageiros _____, eles _____."

- A) estejam – sejam – providenciaram – pudesse – intervir – receberam.
- B) estivessem – fossem – providencia – possa – intervirem – recebam.
- C) estejam – sejam – providenciarão – possa – intervier – receberão.
- D) estão – são – providenciam – pudesse – intervier – receberam.
- E) estejam – seja – providenciaram – possa – intervirem – receberão.

Raciocínio Lógico

31. Considere as seguintes premissas: “todos os matemáticos são vaidosos”; “existem vaidosos brasileiros” Com base nessas duas premissas, podemos concluir que

- A) existem matemáticos brasileiros.
- B) todo matemático é brasileiro.
- C) nenhum matemático é brasileiro.
- D) todo brasileiro é matemático
- E) não se pode tirar nenhuma conclusão.

32. Numa cidade existem três jornais, denominados aqui por **A**, **B** e **C**. Uma pesquisa de mercado sobre os leitores desses jornais produziu os seguintes resultados:

- 115 compravam o jornal **A**.
- 208 compravam o jornal **B**.
- 182 compravam o jornal **C**.
- 30 compravam os jornais **A** e **B**.
- 51 compravam os jornais **B** e **C**.
- 30 compravam os jornais **A** e **C**.
- 10 compram os jornais **A**, **B** e **C**.
- 200 não compram nenhum dos três jornais.

Com base nestas informações, assinale a opção incorreta.

- A) A pesquisa foi realizada com 595 pessoas.
- B) 137 pessoas compram apenas o jornal **B**.
- C) 103 pessoas compram apenas o jornal **C**.
- D) 28 pessoas compram apenas o jornal **A** e **C**.
- E) 57 pessoas compram apenas o jornal **A**.

33. Um cidadão foi abrir o cofre, mas esqueceu a senha de acesso; no entanto, lembrava que na senha não havia o algarismo 0, que o primeiro algarismo era 4, o segundo era ímpar, o terceiro era menor que 4 e o quarto e último era par. Qual o maior número de tentativas que este cidadão pode fazer, no intuito de descobrir a senha?

- A) 60
- B) 70
- C) 100
- D) 80
- E) 110

34. Os dois primeiros pares de palavras abaixo foram escritos seguindo determinado critério.

- FRANCISCA – CANA
- CLEMENTINO – NOME
- PRESIDENTE – ?

Esse mesmo critério deve ser usado para descobrir qual palavra substitui o ponto de interrogação.

- A) Dente
- B) Ente
- C) Rente
- D) Sete
- E) Tese



35. Do ponto de vista lógico, dizer que a afirmação “todos os lutadores são bravos” é falsa, equivale a dizer que a seguinte afirmação é verdadeira.

- A) Pelo menos um lutador não é bravo.
- B) Nenhum lutador é bravo.
- C) Nenhuma pessoa brava é lutador.
- D) Pelo menos uma pessoa brava não é lutador.
- E) Todos os não bravos são não lutadores.

Informática

Nas questões a seguir, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como *clicar*, *clique simples* e *clique duplo* referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

36. “Os pendrives atuais se conectam ao computador por meio de portas ___ e possuem capacidade aproximada de até ___.”
Completa-se os espaços em branco da proposição anterior, respectivamente, com os textos contidos na opção

- A) paralelas / 500GB.
- B) firewire / 8GB.
- C) USB / 8GB.
- D) PS2 / 100KB.
- E) USB / 800GB.

37. São exemplos de extensões de arquivos disponíveis para salvamento no BrOffice Writer, exceto:

- A) .TXT
- B) .ODT
- C) .DOC
- D) .RTF
- E) .PPS

38. Na barra de *Ferramentas Padrão* do Writer, encontramos os botões com recursos/ferramentas abaixo, exceto:

- A) Salvar.
- B) Cortar.
- C) Negrito.
- D) Pincel de estilo.
- E) Visualizar página.

39. Dadas as proposições sobre o recurso de *Recuar Parágrafos* do Writer,

- I. Para alterar as unidades de medida, podemos escolher **Ferramentas – Opções – BrOffice.org Writer – Geral**, depois, seleciona uma nova unidade de medida na área Configurações.
- II. É possível alterar os recuos do parágrafo atual, de todos os parágrafos selecionados ou de um estilo de parágrafo.
- III. É possível definir recuos utilizando a régua.
- IV. Os recuos são calculados em relação às margens esquerda e direita.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) apenas I.
- B) apenas II.
- C) apenas I e II.
- D) apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

40. Analisando os menus do BrOffice.org Impress, associe a segunda coluna de acordo com a primeira.

1ª coluna	2ª coluna
1. Arquivo	() Esse menu contém comandos para editar o conteúdo do documento atual.
2. Editar	() Esse menu contém o comando <i>Página...</i> , que define a orientação da página, as margens da página, o plano de fundo e outras opções de layout.
3. Formatar	() Esse menu contém a ferramenta <i>Galeria</i> , onde é possível selecionar figuras e sons para inserir em um documento.
4. Exibir	() Contém os comandos que se aplicam ao documento atual, abrir um novo documento ou fechar o aplicativo.
5. Ferramentas	() Nesse menu contém o comando <i>Estrutura de Tópicos</i> .

A sequência correta, de cima para baixo, é

- A) 2 - 5 - 3 - 4 - 1
- B) 2 - 3 - 5 - 1 - 4
- C) 1 - 3 - 5 - 4 - 2
- D) 3 - 2 - 5 - 1 - 4
- E) 4 - 5 - 2 - 1 - 3

Fundamentos da Administração Pública Aplicada ao MPE-AL

41. Assinale a opção que é incorreta no que concerne às atribuições dos órgãos que integram o Ministério Público de Alagoas, na forma da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996.

- A) Cabe ao Conselho Superior do Ministério Público, como órgão de Execução, rever o arquivamento de Inquérito Civil, na forma da lei.
- B) A Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.
- C) As Procuradorias de Justiça compreendem, como órgãos de Administração, uma Procuradoria de Justiça Civil e uma Procuradoria de Justiça Criminal, com os respectivos cargos de Procuradores de Justiça, ordinalmente numerados a partir do primeiro, e os serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções.
- D) O Procurador-Geral de Justiça, como órgão da administração superior, é competente, dentre outras atribuições, para expedir recomendações, com caráter normativo, aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções.
- E) As Promotorias de Justiça são órgãos de Administração do Ministério Público com pelo menos um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas por Lei.

42. Assinale a opção incorreta quanto às licenças concedidas ao Servidor Público Estadual, na forma da Lei Estadual nº 5.247, de 26 de julho de 1991, Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Alagoas.

- A) Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendente, descendente, enteado e colateral consanguíneo ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação por junta médica oficial.
- B) Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença na forma e condições previstas na legislação específica. Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.
- C) A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de 2 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.
- D) É assegurada ao servidor a licença para o exercício de mandato eletivo.
- E) A licença para o desempenho de mandato classista é assegurada ao servidor para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão a que pertença em função do cargo ocupado, sem prejuízo de sua remuneração. Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, até o máximo de 3 (três), por entidade. A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição.

43. Assinale o princípio norteador do serviço público que corresponde ao dever de boa administração.

- A) Princípio da motivação.
- B) Princípio da finalidade.
- C) Princípio da moralidade.
- D) Princípio da legalidade.
- E) Princípio da eficiência.

44. Segundo a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei de Licitações e Contratos, é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, feitas em regime de adiantamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a

- A) R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
- B) R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
- C) R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
- D) R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).
- E) R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

45. Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro, a álea que dá lugar à aplicação da teoria da imprevisão e que é representada por todo acontecimento externo ao contrato, estranho à vontade das partes, imprevisível, inevitável, que causa um desequilíbrio muito grande, tornando a execução do contrato excessivamente onerosa para o contratado (*In Direito Administrativo*. 24 ed., São Paulo: Atlas, 2011, p. 286) é nominada de

- A) álea administrativa: fato do príncipe.
- B) álea ordinária.
- C) álea administrativa: fato da administração.
- D) álea econômica.
- E) álea administrativa: alteração unilateral do contrato.

46. As práticas de controles internos no sistema brasileiro têm focado predominantemente

- A) em ações de controle a posteriore.
- B) nos aspectos de controle de eficiência.
- C) nos aspectos de controle de eficácia.
- D) em ações de controle a priori.
- E) em ações de controle concomitante.

47. Dados os itens que integram a estrutura organizacional do Ministério Público, como órgãos de administração,

- I. As Procuradorias de Justiça.
- II. O Procurador Geral de Justiça.
- III. As Promotorias de Justiça.
- IV. Os Centros de Apoio Operacional.
- V. Os órgãos de Apoio Técnico e Administrativo.

verifica-se que estão corretos

- A) I, III, IV e V.
- B) I, II e V, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) III, IV e V, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

48. Dadas características abaixo, relativas às precondições operativas da Administração Pública Gerencial,

- I. A competição entre organizações públicas e entre organizações públicas e privadas.
- II. O uso de práticas de gestão provenientes da administração privada.
- III. Atenção à disciplina e parcimônia.
- IV. Administradores empreendedores sem autonomia para decidir.

verifica-se que está(ao) correta(s)

- A) I, II, III e IV.
- B) I, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

49. A Lei de improbidade administrativa prevê ressarcimento, perda dos bens ilicitamente acrescidos ao patrimônio, indisponibilidade de bens, perda de função pública, suspensão de direitos políticos de 5 a 8 anos, multa e proibição de contratar ou receber benefícios ou incentivos fiscais por

- A) 10 anos.
- B) 5 anos.
- C) 4 anos.
- D) 8 anos.
- E) 6 anos.

50. A modalidade de licitação concorrência é caracterizada por qual das opções abaixo?

- A) É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- B) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- C) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- D) É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- E) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

51. Dadas as afirmativas abaixo, considerando as informações sobre os papéis de trabalho na execução da auditoria governamental,

- I. Os papéis de trabalho são documentos que fundamentam as informações obtidas nos trabalhos de auditoria e fiscalização do Sistema de Controle Interno, podendo ser por ele elaborados ou obtidos de qualquer outra fonte.
- II. Os papéis de trabalho são a base física da documentação das atividades de auditoria e fiscalização.
- III. Os papéis de trabalho devem ter abrangência e grau de detalhe suficientes para propiciar o entendimento e o suporte da atividade de controle executada, compreendendo a documentação do planejamento, a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos, bem como o julgamento exercido e as conclusões alcançadas.
- IV. Uma das finalidades dos papéis de trabalho é o suporte à elaboração dos relatórios.
- V. Os papéis de trabalho deverão estar acondicionados em arquivos do tipo corrente e permanente. O arquivo corrente deve conter assuntos que forem de interesse para consulta sempre que se quiser dados sobre o sistema, área ou unidade objeto de controle. Os papéis e anexos dessa natureza não devem ser incluídos nos arquivos permanentes.

verifica-se que estão corretas

- A) I, II, III e V, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) II, III, IV e V, apenas.
- D) II e V, apenas.
- E) I, II, III e IV, apenas.

52. Assinale a opção correta sobre a definição de auditoria interna com base nas normas fundamentais de auditoria (Instrução Normativa SFC/MF nº 01, de 06-04-2001).

- A) A auditoria interna constitui-se em um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais da entidade à qual está vinculada.
- B) A auditoria interna é um conjunto de normas que funciona por meio de acompanhamento direto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais da entidade governamental.
- C) A auditoria interna é um processo normativo que assegura o fortalecimento do gerenciamento da ação governamental, garantindo o cumprimento do Plano Plurianual visando a melhores resultados quanto à economicidade.
- D) A auditoria interna é um procedimento técnico que objetiva fortalecer o gerenciamento da ação governamental, garantindo o cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias e estabelecendo uma eficaz utilização das receitas financeiras.
- E) A auditoria interna combate a improbidade administrativa, sendo um conjunto de técnicas que avaliam os resultados das ações governamentais.

53. O auditor independente para atender os seus objetivos, realiza uma avaliação sobre a adequação de trabalhos específicos executados pelos auditores internos. Considerando as possibilidades de avaliação indicadas abaixo, marque a opção incorreta.

- A) É necessário avaliar se o trabalho foi executado por auditores internos que tenham competência e treinamento técnicos adequados.
- B) É necessário avaliar se o trabalho executado pelo auditor interno foi adequadamente supervisionado, revisado e documentado.
- C) É necessário avaliar se quaisquer exceções ou assuntos usuais divulgados pelos auditores internos estão resolvidos adequadamente.
- D) É necessário avaliar se foi obtida evidência de auditoria apropriada para permitir que os auditores internos atinjam conclusões razoáveis.
- E) É necessário avaliar se as conclusões são apropriadas nas circunstâncias e quaisquer relatórios elaborados pelos auditores internos são consistentes com os resultados do trabalho executado.

54. Os auditores independentes consideram os FATORES (1ª coluna) como sendo indicadores para avaliar a adequação do trabalho dos auditores internos. Realize uma análise sobre o texto da 2ª coluna relacionando-o com o seu respectivo FATOR da 1ª coluna.

1ª coluna	2ª coluna
1. Objetividade	() Observar se os auditores internos são membros de órgãos profissionais relevantes.
2. Competência técnica	() Observar o processo de informação entre o auditor independente e os auditores internos, principalmente sobre quaisquer assuntos significativos que possam afetar a função de auditoria interna.
3. Zelo profissional	() Avaliar a situação da função de auditoria interna na entidade e o efeito que essa situação tem na capacidade dos auditores internos de serem objetivos.
4. Comunicação	() Observar se as atividades da função de auditoria interna são planejadas, supervisionadas, revisadas e documentadas adequadamente.

A sequência correta, de cima para baixo, está na opção

- A) 2 – 4 – 1 – 3
- B) 2 – 4 – 3 – 1
- C) 3 – 4 – 1 – 2
- D) 4 – 1 – 3 – 2
- E) 4 – 2 – 1 – 3

55. Considerando os aspectos sobre auditoria, planejamento da auditoria de Demonstrações Contábeis e evidência de auditoria, analise as afirmativas abaixo.

- I. Os objetivos da função de auditoria interna e o do auditor independente são idênticos, mas os meios utilizados pela auditoria interna e pelo o auditor independente para alcançar seus respectivos objetivos são diferentes.
- II. Planejamento não é uma fase isolada da auditoria, mas um processo contínuo e iterativo, que muitas vezes começa logo após (ou em conexão com) a conclusão da auditoria anterior, continuando até a conclusão do trabalho de auditoria atual.
- III. O objetivo do auditor é obter evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação a (a) existência e condições do estoque; (b) totalidade dos litígios e reclamações envolvendo a entidade; e (c) apresentação e divulgação de informações por segmentos em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- IV. Dependendo das circunstâncias, por exemplo, quando as informações obtidas geram dúvidas quanto à integridade e objetividade do terceiro, o auditor pode considerar apropriado executar outros procedimentos de auditoria substituindo ou acrescentando à confirmação com o terceiro.
- V. Quando existe desacordo entre a administração e o assessor jurídico externo da entidade, o auditor também pode julgar necessário reunir-se com o assessor jurídico externo da entidade para discutir sobre o resultado provável dos litígios ou das reclamações.

Assinale a opção que corresponde à sequência correta, de cima para baixo.

- A) V – V – F – F – V
- B) F – V – V – V – V
- C) V – F – V – V – F
- D) F – V – F – V – V
- E) F – F – V – V – F

56. Sobre a responsabilidade do auditor em relação à fraude, no contexto da auditoria de Demonstrações Contábeis, assinale a opção incorreta.

- A) As distorções nas demonstrações contábeis podem originar-se de fraude ou erro. O fator distintivo entre fraude e erro está no fato de ser intencional ou não intencional a ação subjacente que resulta em distorção nas demonstrações contábeis.
- B) Embora a fraude constitua um conceito jurídico amplo, para efeitos das normas de auditoria, o auditor está preocupado com a fraude que causa distorção relevante nas demonstrações contábeis.
- C) Devido às limitações inerentes da auditoria, há um risco inevitável de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis podem não ser detectadas, apesar de a auditoria ser devidamente planejada e realizada de acordo com as normas de auditoria.
- D) O risco do auditor de não detectar uma distorção relevante decorrente de fraude é mais alto do que o risco do auditor de não detectar uma fraude decorrente de erro.
- E) O auditor deve avaliar se variações inesperadas ou usuais que foram identificadas durante a aplicação dos procedimentos de revisão analítica, inclusive aqueles relacionados com o caixa, podem indicar riscos de distorção decorrente de fraude.

57. Nos termos da Lei nº 4.320/64, analise as afirmativas abaixo e assinale a opção correta.

- A) Classificam-se como **despesas de custeio** as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.
- B) Consideram-se **subvenções**, para os feitos da Lei nº 4.320/64, as dotações para o planejamento e a execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- C) Classificam-se como **investimentos** as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
- D) Classificam-se como **transferências de Capital** as dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.
- E) Entende-se por **elementos** o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para consecução dos seus fins.

58. Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, analise as afirmativas abaixo.

- I. A escrituração deve ser executada em idioma e moeda corrente nacionais, em livros ou meios magnéticos que permitam a identificação e o seu arquivamento de forma segura e responsável.
- II. O Diário e o Razão constituem fontes de informações contábeis permanentes e neles devem estar registrados os fatos e atos da gestão pública, objeto da contabilidade.
- III. Evento é o lançamento ou conjunto de lançamentos dos fatos que possam vir a afetar o patrimônio público para efeito de registros contábeis no livro Razão.
- IV. Os atos da gestão pública com potencial de modificar o patrimônio da entidade devem ser registrados nas contas de capital permanente.
- V. Na ausência de norma contábil específica, o profissional da contabilidade deve utilizar subsidiariamente normas nacionais e internacionais que tratem de temas similares, evidenciando o procedimento e os impactos em notas explicativas.

Assinale a opção que corresponde à sequência correta, de cima para baixo.

- A) V – V – F – F – V
- B) V – F – V – F – F
- C) V – V – F – V – F
- D) V – V – F – V – V
- E) F – F – V – V – F



59. A portaria nº 42, publicada no DOU de 15.04.99, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operações; esses termos são tratados na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Realize uma análise sobre o respectivo conceito abordado na 2ª coluna, relacionando-o com o seu tema inserido na 1ª coluna.

1ª coluna	2ª coluna
1. Programa	() As despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
2. Projeto	() Um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.
3. Atividade	() O instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.
4. Operações Especiais	() Um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.

A sequência correta, de cima para baixo, está na opção

- A) 4 – 3 – 1 – 2
- B) 3 – 1 – 4 – 2
- C) 4 – 3 – 2 – 1
- D) 3 – 1 – 2 – 4
- E) 4 – 2 – 1 – 3

60. Considerando a Resolução CFC Nº 1.129/08 e a Norma Brasileira de Contabilidade – T-16.2, sobre o Patrimônio e Sistemas Contábeis, assinale a afirmativa com a opção correta.

- A) A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em três grupos: “circulante”, “não circulante” e “permanente”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.
- B) A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é organizada na forma de sistema de informações, cujos subsistemas, conquanto possam oferecer produtos diferentes em razão da respectiva especificidade, convergem para o produto final, que é a informação sobre o patrimônio público.
- C) O sistema contábil patrimonial registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- D) O sistema contábil financeiro registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle.
- E) O sistema contábil orçamentário registra, processa e evidencia os custos dos bens e serviços, produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública.

61. De acordo com a Resolução CFC Nº 1.128/08 e a Norma Brasileira de Contabilidade – T-16.1, referente a conceituação, objeto e campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público, assinale a afirmativa que indica a opção incorreta.

- A) Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
- B) O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o patrimônio público.
- C) O campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público abrange todas as entidades do setor público.
- D) A função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.
- E) O objetivo da contabilidade aplicada ao setor público é fornecer aos usuários informações detalhadas sobre a aplicação das leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) nas entidades governamentais.

62. Os princípios orçamentários são linhas norteadoras de ação a serem observadas na concepção da proposta orçamentária. Dadas as afirmativas abaixo, no que diz respeito aos princípios orçamentários,

- I. De acordo com o **princípio da anualidade**, que também é chamado de periodicidade, as previsões de receita e despesa devem referir-se, sempre, a um período limitado de tempo, que se denomina exercício financeiro.
- II. O princípio da universalidade defende a ideia de que o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir, somente, um único orçamento para cada ente da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) em cada exercício financeiro.
- III. O princípio do equilíbrio prevê a igualdade entre a previsão da receita e a fixação da despesa, em cada exercício financeiro.
- IV. De acordo com o princípio da uniformidade, no aspecto formal, o orçamento deve ser padronizado nos diversos exercícios em que é executado, possibilitando ser comparado ao longo do tempo.
- V. Conforme o princípio da unidade de caixa, o recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

verifica-se que

- A) apenas uma está certa.
- B) apenas duas estão certas.
- C) apenas três estão certas.
- D) apenas quatro estão certas.
- E) todas estão certas.

63. Com base na Lei 6.404/76 e atualizações da legislação, no Balanço Patrimonial, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia. Considerando as informações sobre o ATIVO e PASSIVO, avalie as afirmativas abaixo e marque a opção incorreta.

- A) O passivo não circulante compreende as obrigações da empresa vencíveis a prazo superior a um ano ou superior ao ciclo operacional da empresa.
- B) As contas correntes com empresas ligadas a acionistas e diretores, provenientes de créditos não decorrentes de transações comerciais, devem figurar no Realizável a Longo Prazo, mesmo que se preveja recebimento com prazo inferior a 360 dias.
- C) Existe uma infinidade de direitos, normal e individualmente de pequena monta, que podem surgir no ativo circulante de uma empresa, como decorrência de inumeráveis operações possíveis, como por exemplo: adiantamentos a fornecedores, verbas de propaganda a recuperar e despesas antecipadas de seguros.
- D) O ativo diferido foi extinto pela Lei nº 11.941/08 a qual, entretanto, permite que os valores existentes em dezembro de 2007 possam continuar existindo até a sua completa amortização.
- E) Todos os intangíveis de vida indefinida, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) passam a não ser amortizados, mas apenas a partir de 2009.

64. Com base na Lei n. 6.404/76, nas demonstrações contábeis, as contas semelhantes poderão ser agrupadas, considerando o agrupamento das contas do ATIVO. Avalie as afirmativas abaixo e indique a opção incorreta.

- A) Enquadram-se como exemplos de **DISPONIBILIDADES**, o Caixa, Bancos e as chamadas Aplicações de Liquidez Imediata.
- B) Enquadram-se como exemplos de **CLIENTES**, Contas a Receber, Duplicatas a Receber, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Duplicatas Descontadas.
- C) Enquadram-se como exemplos de **ESTOQUES**, Produtos Acabados, Mercadorias, Produtos em Elaboração, Materiais, Mercadorias em Trânsito e Provisão para Redução ao Valor de Mercado.
- D) Enquadram-se como exemplos de **INVESTIMENTOS**, sempre desvinculados da atividade principal da empresa, Obras de Arte, Imóveis Não Destinados ao Uso, Fundo de Comércio Adquirido, Bens Locados a Terceiros e Quotas de Clubes.
- E) Enquadram-se como **IMOBILIZADO**, Terrenos, Construções, Instalações, Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios, Veículos e Benfeitoria em Imóveis de Terceiros.

65. De acordo com a Resolução CFC Nº 1.282/2010, referente aos Princípios de Contabilidade (PC), assinale a opção que contém uma sentença incorreta.

- A) O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.
- B) O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.
- C) O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
- D) O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores justos das transações, expressos em moeda nacional.
- E) O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

66. No desempenho de suas funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade:

- A) guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.
- B) assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem, alheio à sua orientação, supervisão e fiscalização.
- C) zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo.
- D) comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores.
- E) inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso.

67. A principal fonte de recurso do patrimônio líquido de uma empresa é

- A) o lucro decorrente da exploração de sua atividade operacional.
- B) o empréstimo dos sócios.
- C) o recurso externo obtido a longo prazo.
- D) a decorrente da alienação de bens de uso.
- E) é sempre o aumento do capital social.

68. A movimentação ocorrida apenas na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, que pode ser evidenciada no Patrimônio Líquido, é evidenciada

- A) no Balanço Patrimonial.
- B) na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- C) na Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- D) na Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- E) na Demonstração do Valor Adicionado.

69. De acordo com a estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), o valor da venda de mercadorias e a aquisição de um imóvel devem ser classificados, respectivamente, no fluxo de caixa das atividades

- A) operacionais e de investimento.
- B) de financiamento e de financiamento.
- C) de investimento e de investimento.
- D) de investimento e de financiamento.
- E) de financiamento e operacionais.

70. Em relação às receitas e despesas, assinale a opção correta.

- A) Aquisição de bens para doação é uma despesa de capital.
- B) Sob o enfoque patrimonial, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público adota, para fins de reconhecimento, o regime de caixa para a receita e o regime de competência para a despesa.
- C) Quanto à dependência da execução do orçamento, a despesa pública pode ser classificada em orçamentária ou extraorçamentária.
- D) O recolhimento do INSS do segurado é despesa orçamentária.
- E) Quanto à categoria econômica da despesa, as subvenções econômicas são despesas de capital e as subvenções sociais são despesas correntes.

71. Dadas as afirmativas seguintes em relação ao atual regramento contábil aplicável à composição do patrimônio público,

- I. Passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- II. Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
- III. A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de liquidez e exigibilidade.

verifica-se que somente

- A) I e II estão corretas.
- B) I e III estão corretas.
- C) II e III estão corretas.
- D) I está correta.
- E) III está correta.

72. As despesas orçamentárias são classificadas em despesas correntes e de capital. Por sua vez, as despesas de capital são divididas em contas de despesas de investimentos, inversões financeiras e transferências de capital. São respectivamente elementos destas contas:

- A) aquisição de imóveis, serviços em regime de programação especial e auxílios para obras públicas.
- B) obras públicas, aquisição de imóveis e auxílios para obras públicas.
- C) serviços em regime de programação especial, auxílios para inversões financeiras e amortização da dívida pública.
- D) equipamentos e instalações, participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades industriais ou agrícolas e outras contribuições.
- E) material permanente, constituição de fundos rotativos e concessão de empréstimos.

73. O instrumento legal que fixa, em valor, o montante da Reserva de Contingência é a

- A) Lei Orçamentária Anual.
- B) Lei do Plano Plurianual.
- C) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- D) Lei no 4.320/64.
- E) Lei de Responsabilidade Fiscal.

74. Dadas as proposições abaixo sobre o conceito, a evolução e as técnicas de elaboração do orçamento público,

- I. O orçamento base zero (OBZ) visa especialmente instrumentalizar as ações gerenciais, que se caracterizam por apresentar duas dimensões do orçamento: o objeto de gasto e um programa de trabalho.
- II. O orçamento-programa pode ser definido como um plano de trabalho que contém um conjunto de ações a realizar e a identificação dos recursos necessários à sua execução. O orçamento-programa não é apenas documento financeiro, mas instrumento de operacionalização das ações do governo, em consonância com planos e diretrizes estabelecidos.
- III. No orçamento de desempenho, que é voltado especialmente para as avaliações dos resultados do orçamento em curso, todos os programas devem ser justificados cada vez que se inicia um novo ciclo orçamentário.
- IV. O orçamento público é uma autorização do legislativo que compreende a previsão das receitas e a fixação das despesas.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) I e IV.
- E) III e IV.

75. De acordo com a Constituição Federal, fixar o coeficiente do Fundo de Participação do Município (FPM) caberá ao

- A) Tesouro Nacional.
- B) Tribunal de Contas do Município, quando houver.
- C) Tribunal de Contas dos Municípios.
- D) Tribunal de Contas do Estado, quando não houver Tribunal de Contas do Município.
- E) Tribunal de Contas da União.

76. As auditorias, no setor público federal, podem ser executadas de forma direta, indireta ou simplificada. De acordo com tal classificação, pode-se dizer que são auditorias indiretas

- I. compartilhadas.
- II. centralizadas.
- III. descentralizadas.
- IV. integradas.
- V. terceirizadas.

Considerando os itens apresentados, assinale a opção correta.

- A) I e V, apenas.
- B) I, II e V, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) II, III, IV e V, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

77. De acordo com as Normas Fundamentais de Auditoria aplicáveis ao setor público, estabelecidas na Instrução Normativa SFC/MF nº 01/2001, assinale opção incorreta.

- A) Controle interno administrativo é o conjunto de atividades, planos, rotinas, métodos e procedimentos interligados, estabelecidos com vista a assegurar que os objetivos das unidades e entidades da administração pública sejam alcançados, de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público.
- B) O objetivo geral dos controles internos administrativos é evitar a ocorrência de impropriedades e irregularidades, por meio dos princípios e instrumentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas e Ministério Público.
- C) Os controles internos administrativos implementados em uma organização devem, prioritariamente, ter caráter preventivo.
- D) Quanto maior for o grau de adequação dos controles internos administrativos, menor será a vulnerabilidade dos riscos inerentes à gestão propriamente dita.
- E) Um dos objetivos específicos do controle interno é evitar o cometimento de erros, desperdícios, abusos, práticas antieconômicas e fraudes.

78. Dadas as afirmativas seguintes sobre as normas de auditoria adotadas no setor público,

- I. A impropriedade consiste em falhas de natureza formal de que não resulte dano ao erário, porém evidencia-se a não observância aos princípios de legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade.
- II. A irregularidade é caracterizada pela não observância dos princípios da legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade, bem como a constatação da existência de desfalque, alcance, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte prejuízo quantificável para o Erário.
- III. A detecção de impropriedades e irregularidades é o objetivo primordial da auditoria.

verifica-se que somente

- A) I está correta.
- B) II está correta.
- C) I e II estão corretas.
- D) II e III estão corretas.
- E) III está correta.

79. Quanto aos aspectos observados pelo servidor que exercer o cargo de auditoria no setor público, assinale a opção correta.

- A) Deve agir com prudência, habilidade e atenção de modo a reduzir ao máximo a margem de erro e acatar as normas de ética profissional, o bom senso em seus atos e recomendações.
- B) Deve manter uma atitude de independência com relação ao agente controlado, de modo a assegurar parcialidade no seu trabalho.
- C) Não intervir em casos onde haja conflito de interesses que possam influenciar a imparcialidade do seu trabalho, devendo comunicar o fato aos seus superiores.
- D) Em função de sua atuação disciplinar, deve possuir um conjunto de conhecimentos técnicos, experiência e capacidade para as tarefas que executa numa área de conhecimento específica.
- E) Deve ter sempre presente que, como servidor público, se obriga a proteger os interesses da sociedade e respeitar as normas de conduta que regem os servidores públicos, não podendo valer-se da função em benefício próprio ou de terceiros.

80. Considerando os princípios de Controle Interno, previstos na Instrução Normativa SFC/MF nº 01/2001, relacione a primeira coluna à segunda e, em seguida, assinale a opção correta.

I. Relação custo/benefício	() O controle interno administrativo deve assegurar observância às diretrizes, planos, normas, leis, regulamentos e procedimentos administrativos, e que os atos e fatos de gestão sejam efetuados mediante atos legítimos, relacionados com a finalidade da unidade/entidade.
II. Qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários.	() É imprescindível estabelecer o acompanhamento dos fatos contábeis, financeiros e operacionais, objetivando que sejam efetuados mediante atos legítimos, relacionados com a finalidade da unidade/entidade e autorizados por quem de direito.
III. Segregação de funções	() A eficácia dos controles internos administrativos está diretamente relacionada com a competência, formação profissional e integridade do pessoal.
IV. Controles sobre as transações	() A estrutura das unidades/entidades deve prever a separação entre as funções de autorização/aprovação de operações, execução, controle e contabilização, de tal forma que nenhuma pessoa detenha competências e atribuições em desacordo com este princípio.
V. Aderência a diretrizes e normas legais	() Consiste na avaliação do custo de um controle em relação aos benefícios que ele possa proporcionar.

A seqüência correta, de cima para baixo, é

- A) I, V, II, IV, III.
- B) III, II, IV, V, I.
- C) III, V, I, IV, II.
- D) V, II, I, III, IV.
- E) V, IV, II, III, I.

81. Segundo as normas da Constituição Federal que tratam do tema *servidor público*, não se pode afirmar que

- A) a proibição da acumulação remunerada de cargos públicos se estende a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.
- B) ressalvadas as nomeações para cargos em comissão, a investidura em cargo ou emprego público depende da aprovação prévia em concurso público. Este poderá ser provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego público.
- C) a fixação de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para investidura e as peculiaridades dos cargos.
- D) o prazo de validade do concurso público é de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- E) as funções de confiança somente serão exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo.

82. Nos termos da Lei Estadual nº 5247, de 1991 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado de Alagoas), é incorreta a opção que afirma:

- A) ao ocupante de cargo de provimento em comissão é exigida dedicação integral ao serviço, pelo que poderá ser convocado sempre que houver interesse da administração.
- B) a posse ocorrerá dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado.
- C) após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor público estável tem direito de se afastar do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até 03 (três) meses, para participar de curso de capacitação profissional.
- D) a critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.
- E) reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

83. Em relação à organização administrativa do Estado, não se pode afirmar:

- A) a descentralização administrativa consiste na criação de entidades administrativas, que fazem parte da Administração Indireta, através das entidades políticas (entes federativos).
- B) a desconcentração administrativa se manifesta a partir da repartição interna de competências que ocorre dentro de uma entidade, política ou administrativa, e que se realiza através da criação de órgãos públicos.
- C) os órgãos públicos não são entes dotados de personalidade jurídica, respondendo por seus atos as entidades das quais fazem parte.
- D) a entidade política (ente federativo) responde subsidiariamente pelos atos praticados pelas entidades de sua Administração Indireta.
- E) devido à hierarquia administrativa, as entidades da Administração Indireta estão juridicamente subordinadas às entidades políticas que as criaram.

84. Em relação aos bens públicos, não é possível sustentar:

- A) os bens das autarquias, por serem estas pessoas jurídicas de direito público, são bens públicos.
- B) dentre as características dos bens públicos, podem ser destacadas a inalienabilidade, a imprescritibilidade, a impenhorabilidade e a impossibilidade de oneração. Esta última é a característica dos bens públicos que impedem que sejam adquiridos por usucapião.
- C) a alienação de bens públicos imóveis, dentre outros requisitos, depende de autorização legislativa.
- D) quanto à destinação que é dada aos bens públicos, estes podem ser classificados em bens de uso comum, bens de uso especial e bens dominicais. Estes últimos não estão afetados a uma destinação pública específica.
- E) a desapropriação é forma de aquisição dos bens públicos.

85. No que concerne às desapropriações, não se pode afirmar:

- A) a desapropriação ocorrerá por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
- B) nos termos da Constituição Federal, depois de adotadas outras medidas, os Municípios e os Estados poderão determinar a desapropriação, com pagamento mediante títulos da dívida pública, caso o proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, não promova seu adequado aproveitamento.
- C) compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
- D) são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra; e a propriedade produtiva.
- E) as indenizações das desapropriações por interesse social, para fins de reforma agrária, ocorrerão com o pagamento em títulos da dívida agrária; no entanto, as benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

86. No tocante aos contratos administrativos, são corretas as assertivas abaixo, exceto:

- A) as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas unilateralmente pela Administração sem prévia concordância do contratado.
- B) como regra geral, a Lei Federal 8666/93 estabelece que a duração dos contratos administrativos fique adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- C) os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.
- D) a nulidade do contrato não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- E) é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, feitas em regime de adiantamento.

87. Em relação às cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos, não se pode afirmar:

- A) a critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, cabendo à Administração optar por uma das modalidades de garantia previstas na Lei Federal 8666/93.
- B) os contratos administrativos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, de forma unilateral pela Administração, tanto quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; como quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por lei.
- C) além de outras hipóteses legais, a Administração também poderá rescindir unilateralmente o contrato diante de razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato. Nesta hipótese, não havendo culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- D) o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.
- E) pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções de advertência; multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

88. No tocante à responsabilidade civil do Estado, não se pode afirmar:

- A) prevalece no ordenamento jurídico brasileiro a teoria do risco administrativo, e não do risco integral.
- B) em caso de culpa concorrente da vítima, atenua-se a responsabilidade estatal.
- C) o ordenamento jurídico brasileiro estabelece que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão objetivamente, ou seja, independentemente da comprovação de dolo ou culpa.
- D) a teoria da responsabilidade objetiva do Estado, na modalidade do risco administrativo, não admite que o caso fortuito e a força maior sejam invocados como causas excludentes da responsabilidade civil estatal.
- E) segundo a Constituição Federal de 1988, o direito de regresso da Administração Pública contra o servidor somente ocorrerá nos casos de dolo ou culpa.

89. As assertivas abaixo tratam de hipóteses de contratação direta, através de dispensa de licitação, exceto:

- A) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- B) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que somente possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou ainda, pelas entidades equivalentes.
- C) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- D) na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- E) na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

90. No tocante aos serviços públicos, não se pode afirmar que

- A) serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
- B) o princípio da generalidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.
- C) não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.
- D) toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação.
- E) as concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos Estados e no Distrito Federal, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

91. Identifique a que princípio corresponde o seguinte enunciado: “o intérprete deve atribuir à norma constitucional o sentido que confira maior eficácia aos direitos fundamentais”.

- A) Princípio da força normativa da constituição
- B) Princípio da unidade da constituição
- C) Princípio da máxima efetividade
- D) Princípio da proporcionalidade
- E) Princípio da interpretação conforme a constituição

92. A Constituição brasileira vigente caracteriza-se por ser

- A) promulgada, rígida, dogmática e analítica.
- B) analítica, escrita, outorgada e histórica.
- C) analítica, promulgada, histórica e semirrígida.
- D) flexível, promulgada, dogmática e sintética.
- E) promulgada, semirrígida, sintética e dogmática.

93. Dadas as proposições abaixo,

- I. São idênticos os legitimados para propor a ADIN (ação direta de inconstitucionalidade) e a ADC (ação declaratória de constitucionalidade).
- II. É competência do Senado Federal suspender, no todo ou em parte, lei considerada inconstitucional no controle concentrado e no difuso.
- III. A declaração de inconstitucionalidade sem modulação dos efeitos possui efeito repristinatório.
- IV. Ato normativo federal pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I, III e IV.
- B) II, III e IV.
- C) I e II.
- D) II e IV.
- E) I, II e III.

94. Assinale a opção correta.

- A) A medida provisória pode veicular matéria processual.
- B) A medida provisória tem prazo de duração de trinta dias, prorrogável por igual período.
- C) A medida provisória não pode veicular matéria tributária.
- D) A medida provisória não se submete à sanção ou ao veto do Chefe do Executivo.
- E) As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

95. Dadas as proposições abaixo,

- I. O Brasil possui forma federativa de estado e forma republicana de governo.
- II. O Brasil possui forma federativa de estado e sistema presidencialista de governo.
- III. O Brasil possui forma de estado republicana e regime federativo de governo.
- IV. O Brasil possui sistema presidencialista de governo e forma republicana de governo.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I, II e IV.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) II, III e IV.
- E) I, II e III.

96. Dadas as proposições abaixo,

- I. As emendas ao projeto de lei orçamentária não precisam, necessariamente, estar em consonância com a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual.
- II. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- III. É proibido o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- IV. A lei orçamentária compreende, apenas, o orçamento fiscal e o orçamento da seguridade social.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I, II e IV.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) II, III e IV.
- E) II e IV.

97. Qual é o instituto constitucional que pode ser utilizado quando a ausência de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania?

- A) *Habeas corpus* coletivo.
- B) Mandado de injunção.
- C) Mandado de segurança.
- D) *Habeas data*.
- E) Ação popular.

98. Assinale a opção correta.

- A) Não é necessária lei específica para criar uma autarquia.
- B) Os atos de improbidade implicaram cassação dos direitos políticos.
- C) Todos os ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário são imprescritíveis.
- D) Aplicam-se à administração pública direta e indireta os seguintes princípios: eficiência, impessoalidade, legalidade, moralidade e publicidade.
- E) A responsabilidade civil da administração por ação ou omissão é sempre objetiva.

99. Assinale a opção correta.

- A) A progressividade e a universalidade informam o IPI.
- B) O ICMS poderá ser seletivo.
- C) O IPI será seletivo e poderá ser não-cumulativo.
- D) O ouro, definido por lei como ativo financeiro, sofre a incidência do imposto de renda.
- E) O IPTU não poderá ser progressivo.



100. Dadas as proposições abaixo,

- I. O regime de previdência dos servidores públicos é de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, do servidor ativo, do inativo, sendo vedada a contribuição dos pensionistas.
- II. O servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão submete-se ao regime geral da previdência.
- III. A aposentadoria compulsória ocorre aos 70 anos para o homem e 65 anos para mulher.
- IV. É vedada qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício para fins previdenciários.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I e III.
- D) II e IV.
- E) I, II e III.

ATENÇÃO!

O candidato está **proibido** de **destacar** esta folha com o **gabarito**, sob pena de **eliminação** do processo. Somente o **Fiscal de Sala** está autorizado a fazer isso no momento de sua saída em definitivo do Local de Prova.

Gabarito do Candidato

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	

EDITAL Nº. 01, de 17 de outubro de 2011.

6.1 A FUNDEPES/COPEVE-UFAL divulgará o gabarito preliminar, juntamente com as provas objetivas para os cargos de nível superior, no endereço eletrônico: www.copeve.ufal.br, a partir das 21 horas do dia **24/01/2012**.

GABARITO OFICIAL

www.fundepes.br
www.copeve.ufal.br

REALIZAÇÃO



FUNDEPES

www.fundepes.br



UFAL

www.ufal.edu.br



Você confia no resultado!

www.copeve.ufal.br



www.mp.al.gov.br